

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.899 - PR (2019/0257482-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : **JUCELINO BUENO DA SILVA**
ADVOGADOS : **MARCELLO CORREA DA CUNHA MEDEIROS - MG152410**
 : **PAULO EDUARDO MENDES GONÇALVES DA MOTA -**
 : **PR080502**
EMBARGADO : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ**
ADVOGADO : **AMANDA BUSETTI MORI SANTOS - PR053393**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Jucelino Bueno da Silva contra decisão que negou provimento ao recurso especial.

O embargante alega que a omissão reside no fato de que, na exposição da decisão, quedou-se este Juízo de salientar se a Guarda Municipal exerce atividade policial, direta ou indiretamente, e se, por esse motivo, poderia, ou não, exercer a advocacia.

Impugnação da parte embargada às e-STJ, fls. 421-441.

É o relatório.

Não são cabíveis embargos de declaração com a finalidade exclusiva de rediscutir as questões decididas pela decisão impugnada.

Por sua vez, a decisão foi clara no sentido de que a jurisprudência desta Corte firmou entendimento segundo o qual é incompatível o exercício da advocacia com o exercício do cargo de Guarda Municipal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. ADVOCACIA. INCOMPATIBILIDADE COM O EXERCÍCIO DO CARGO DE GUARDA MUNICIPAL. SEGURANÇA QUE DEVE SER DENEGADA.

I - O acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência desta Corte que é no sentido da incompatibilidade do exercício da advocacia com o exercício de cargo de guarda municipal. Nesse sentido: REsp 1703391/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017; AgInt no REsp 1650353/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 14/08/2017; AgRg no REsp 1.353.727/SC, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/10/2015.

II - Correta, portanto, a decisão recorrida que anulou o acórdão para denegação da segurança.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.674.268/PR, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 20/8/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, ausentes vícios de embargabilidade, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator